

3º SMAD

III ENCONTRO DA SECRETARIA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

RESOLUÇÕES

O III Encontro da Secretaria Nacional de Meio Ambiente do PT realizado nos dias 24 e 26 de Novembro de 1995, na CONTAG/Brasília, reuniu representantes de diversos Estados, secretarias estaduais e núcleos municipais de meio ambiente do PT para tomar as resoluções que se seguem, formular um documento de trabalho para 1996 - a partir do qual será elaborada uma cartilha da SMAD para os candidatos às eleições municipais em 96 - e eleger a nova Coordenação Nacional.

1. COORDENAÇÃO NACIONAL

Foi eleita uma Comissão Executiva Nacional (CEN) da SMAD com 6 pessoas mais a secretária nacional. A CEN integra a Coordenação Nacional (CN) composta por mais um representante de cada Estado. Os Estados ainda sem representante deverão fazer a indicação o mais breve quanto possível.

Comissão Executiva Nacional

Secretária Nacional:

Sen. Marina Silva - AC

Heloísa Dias - ES

Ver. Lygia Pupatto - PR

Virgílio Alcides de Farias - SP

Ver. Giovani Gregol - RS

Sec. João Bosco Senra - MG

Nilo Sérgio M. Diniz - DF

Representantes por Estado

Paraíba - Paula Frassinete (suplente da CEN)
Acre - Sec. Antonio Alves Leitão Neto (suplente da CEN)
Distrito Federal - Rosalvo Junior (suplente da CEN)
Rondônia - Luiz Rodrigues de Oliveira (suplente da CEN)
Espírito Santo - Viviane Vervloet de Medeiros
Rio Grande do Sul - Renato Saraiva Teixeira
Paraná - Ângela Araújo
Amazonas - Antonio Vieira

O representante do Estado na CN poderá acumular ou não a função de Secretário(a) Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento. A ele caberá constituir no Estado a Secretaria (ou outra instância responsável pelo tema meio ambiente e desenvolvimento no PT) e estabelecer um canal de comunicação permanente entre a CEN e a instância estadual.

A **Coordenação Nacional** é a instância deliberativa que sucede ao Encontro Nacional. As reuniões da CN, assim como da CEN serão definidas pela CEN.

À CEN caberá encaminhar as decisões do Encontro Nacional e dirigir os trabalhos da Secretaria, sob a coordenação da Secretária Nacional. Em sua primeira reunião a CEN definirá os cargos e funções de cada um de seus membros.

2. AGORA É SMAD

A SNEMA virou SMAD. Agora é Secretaria Nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento do PT (SMAD). Por que? Porque cada vez fica mais clara a vocação estratégica da questão ambiental. Por que é importante nacionalizar a secretaria e influenciar, dentro e fora do partido, os segmentos que trabalham a dimensão do desenvolvimento social e econômico; Porque os ecologistas querem abrir ou consolidar novas frentes de articulação com as comunidades que produzem e conservam o meio ambiente em todas as latitudes do país. Porque os eco-petistas querem buscar aliados fora do país e globalizar os movimentos, a democracia e a cultura para desequilibrar a hegemonia das corporações transnacionais. Finalmente, porque trata-se de ampliar os horizontes e, felizmente, os ecologistas alcançaram uma importante vitória: fizeram a questão ambiental torna-se uma questão para toda a sociedade.

PROGRAMA DA SMAD - 1996

CARTILHA - Será editada uma cartilha da SMAD aos candidatos a prefeito e vereador dos 2.200 municípios onde o PT possui Diretório Municipal. Essa cartilha será feita a partir do texto (abaixo) aprovado no Encontro. Antes de ser editada ela será distribuída para os municípios onde o PT é governo, com o objetivo de receber sugestões.

SEMINÁRIO NACIONAL - Foi aprovada a realização de um Seminário Nacional da SMAD, em fins de 96, com a finalidade de subsidiar técnica e politicamente a secretaria e o PT. Os grupos temáticos (abaixo), os técnicos e assessores do partido, além de militantes de organizações sociais e ambientalistas terão um importante papel na formulação da proposta desse seminário e em sua execução. A CEN deverá detalhar melhor essa proposta.

GRUPOS TEMÁTICOS - Foi aprovada a organização de grupos temáticos em nível nacional, estadual ou municipal para qualificar as posições da SMAD:

Grupo 1: CERTIFICAÇÃO VERDE (ISO 14.000, Selo da Agro-ecologia, etc.)
Responsável: Jairo Menegaz (DF) e Moysés Berndt (SP)

Grupo 2: QUESTÃO DA TERRA (conflitos, posse, ocupação de mananciais, etc.)
Responsável: Paula Frassinete (PB)

Grupo 3: RESÍDUOS SÓLIDOS (incineração, destinação final, etc.)
Responsável: João Tinoco Pereira Neto (MG)

Grupo 4: AMAZÔNIA E BIODIVERSIDADE
Respons.: Nilo Diniz (DF), Antonio Alves (AC) e Luiz Rodrigues (RO)

Grupo 5: ENERGIA
Responsável: Mara Sasso (RS)

* Outros grupos deverão ser criados sobre Globalização e Mercosul, Gestão Ambiental Popular, Atuação Parlamentar, Água, Turismo, Educação Ambiental, Sindicalismo e Meio Ambiente, Atmosfera, etc.

MODO PETISTA DE GOVERNAR - A SMAD vai apoiar a realização do Modo Petista de Governar o Meio Ambiente III a realizar-se em Belo Horizonte, em março próximo. Na oportunidade, serão divulgadas experiências nesta área desenvolvidas pelos governos do PT.

3. O GOVERNO TEM POLÍTICA AMBIENTAL?

O governo vem promovendo um processo de desmonte do Estado, acentuando o clientelismo no Legislativo e o autoritarismo no abuso de medidas provisórias. O governo adota a cartilha do ajuste econômico - abertura para o mercado internacional, privatizações a qualquer custo, desregulamentação, Tc - ditada aos países em desenvolvimento, sem dar a mínima atenção para os estragos resultantes, em especial a exclusão social. A Argentina de 91 a 94, é um bom exemplo: crescimento de 33 %, mas 10 mil empresas falidas e desemprego triplicado.

Como no caso das políticas sociais, a área ambiental não é prioridade para o governo FHC. A política de estabilização e de inserção a qualquer custo do país na globalização vem secundarizando a ação do governo neste campo. Mais uma vez nos vemos

enredados na velha política de aumentar o bolo para depois distribuir. Mas como crescer com uma distribuição de renda injusta, enriquecendo os setores de sempre, para depois distribuir? Como crescer destruindo o meio ambiente para depois propor a sustentabilidade? Na verdade, não está nos planos desse governo a retomada do desenvolvimento já em outros moldes, incorporando as variáveis social e ambiental. Há uma retórica que na prática se desfaz na velha política da degradação social e ambiental. Vejamos a geografia desastrosa dessa política.

A Mata Atlântica - e ecossistemas associados - vinha sendo protegida desde 93 pelo Decreto 750, um resultado bem sucedido de uma longa negociação envolvendo governo, CONAMA (Conselho Nacional de Meio Ambiente) e a Rede de ONGs da Mata Atlântica, universidades e setores empresariais. Entretanto, o atual governo sensível ao interesse devastador de empresários e governos estaduais, lança a minuta de uma lei que reduz o domínio da mata a quase um terço do que estava estabelecido no decreto 750, que, por sua vez, estava respaldado em estudos qualificados. Com essa iniciativa o governo expõe os ecossistemas associados à especulação imobiliária e à projetos industriais impactantes.

No nordeste, FHC vinha vacilando, desde antes da campanha, entre a favor e contra a proposta de transposição das águas do rio São Francisco para irrigar as terras (de quem?) mais ao norte. Mas o ministro Krause, em nome do governo, parece representar os interesses oligárquicos favoráveis à transposição. Fala-se até em buscar água nas bacias amazônica e do Paraná, já que certamente o "velho Chico" não resistiria a mais uma agressão. Num país de grandes empreiteiras, não é difícil entender o porquê sempre se pensa em grandes saídas.

Ainda no nordeste, a intensificação dos programas de turismo predatório tem levado à destruição dos ecossistemas litorâneos, à concentração de renda, aumento da prostituição infantil e massacre de culturas locais baseadas na pesca artesanal, extrativismo, entre outras atividades.

Na Amazônia, assistimos à crise do extrativismo e da falta de apoio às Reservas Extrativistas. Embora seja evidente que é uma das melhores alternativas de produção sustentável na região, o governo não garante preço mínimo, estoque regulador, crédito, mercado e/ou subsídio. Talvez com o apoio de aliados fisiológicos que ganham mais com madeira, pecuária e grandes projetos na região, o governo não se interesse em traduzir a experiência de cooperativas, sindicatos, ONGs e até governos locais em políticas públicas para a região. Acaba assistindo calado à expulsão dos agricultores, seringueiros e ribeirinhos para as periferias das pobres cidades amazônicas.

O Banco Mundial reconheceu a sua culpa com relação ao estrago provocado pelo Pólo Noroeste. Mas como vai indenizar as inúmeras vítimas? E o governo brasileiro, o que dirá sobre Balbina, Tucuruí, Jari, Carajás e tantos outros? Aí ele vem com o SIVAM. Outra megalomania, dessa vez envolvendo interesses de grupos transnacionais.

Além de todas as irregularidades já apontadas quanto ao SIVAM, como encará-lo se o governo nem é capaz de tocar o Zoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia? Com séria incompatibilidade na sua execução pelos Estados, o zoneamento inconcluso tem servido para a liberação de projetos econômicos no mínimo suspeitos, com incentivos

fiscais. Em Roraima, por exemplo, o zoneamento está sendo feito em apenas parte do Estado, exatamente onde serão construídas duas hidrelétricas. A razão não é outra senão facilitar a liberação de recursos financeiros.

O Pantanal não fica de fora. As entidades e movimentos da região correm para mitigar os impactos negativos da hidrovia Paraná-Paraguai.

Para enfrentar esse desastre ecológico nacional, a sociedade teria o CONAMA. Mas ele permanece sem uma pauta pertinente e deixado de fora das questões estruturais. Agora, o governo acaba de criar uma câmara técnica para formular políticas de recursos naturais, que está totalmente fora da área ambiental do governo e convenientemente afastada dos movimentos sociais.

Com relação aos índios, o governo resolveu retroagir aos procedimentos que regulamentam as demarcações das terras indígenas, de modo a possibilitar a revisão dos processos demarcatórios levados a efeito desde 1992. Isso além de ter interrompido as demarcações.

A atual política de assentamentos de famílias está longe de se caracterizar numa verdadeira reforma agrária, assim como de uma política agrícola que contemple as questões ambientais. Entretanto os latifundiários continuam sendo os grandes agraciados do país, através da bancada ruralista.

Outras iniciativas do executivo no legislativo ilustram também essa política. A Lei de Patentes, por exemplo, ao permitir o patenteamento de seres vivos ("microorganismos"), oferece a biodiversidade brasileira a uma arriscada negociação do Itamaraty com transnacionais biotecnológicas. São enormes as consequências de uma lei como essa para o desenvolvimento do país, mas a sociedade está sendo deixada de fora.

Os empréstimos do Banco Mundial para projetos ambientais esbarram na burocracia do banco e do governo, o que tem levado ao pagamento de altos juros (taxa de compromisso), antes mesmo da aplicação dos recursos. Em relação à dívida externa continua a mesma política sem qualquer questionamento sobre seus impactos sociais e ambientais no país.

No Congresso tramitam leis para as quais a sociedade civil organizada precisa estar atenta. A atual bancada do PT na Câmara e no Senado está mais atenta que as anteriores e trabalha com o objetivo de forçar o debate sobre temas importantes para o campo ambientalista. É o caso dos projetos sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, Recursos Hídricos, Mata Atlântica, Cultivares, Mineração em Terras Indígenas, Educação Ambiental, Resíduos Sólidos, Energia Nuclear, Mercúrio, Quilombos, etc.

O momento é de mobilização. O cenário político que se avizinha, com as naturais polarizações no processo de eleições municipais - ocasião em que o PT deverá apresentar à sociedade o seu projeto de Política Ambiental - aponta para a oportunidade de debater de forma articulada a ação local e global. Na berlinda estará o governo federal. E a considerar por sua política ambiental, o PT e a SMAD vão ter muito o que fazer.

4. O QUE FAZER?

SIVAM - A SMAD se manifesta contrária a continuidade do projeto SIVAM nos moldes como vem sendo desenvolvido. O SIVAM precisa ser tratado de forma mais abrangente, a partir das reais prioridades da região amazônica, segundo seus habitantes. Os seguidos fracassos dos projetos de ocupação dessa fronteira - equivocadamente tida como um vazio populacional - apontam para novos caminhos hoje trilhados por comunidades, cujos projetos de desenvolvimento sustentável são desprezados pelo governo, que prefere priorizar um investimento de 1,4 bilhões de dólares numa operação considerada discutível por membros do próprio governo.

O PT deve responder ao escândalo SIVAM com propostas concretas para o desenvolvimento justo e sustentável da Amazônia, cujas prioridades vem sendo apontadas por diversos movimentos e entidades da região.

ÍNDIOS - O Brasil assiste a um genocídio lento e silencioso de populações indígenas, haja visto a extinção recente dos "avá canoeiros". O PT precisa assumir de forma mais incisiva a luta pelas demarcações. Os interesses de grandes madeireiros e garimpeiros são contrários a essa demarcação e tramita hoje no congresso um Projeto de Emenda Constitucional com chances de ser aprovado que reduz as terras indígenas. Há outros projetos que facilitam a mineração em terras indígenas. O PT precisa externar sua posição para a sociedade.

Quanto ao decreto 22, há uma iniciativa do Fórum de Direitos Indígenas que mobilizou parlamentares - a maioria do PT - para exigir que o presidente FHC não modifique o decreto sem negociar com as lideranças indígenas. O PT deve fortalecer a luta por uma agenda de demarcações de terras indígenas no país, que deveria ser concluída em 1993, conforme dispositivo constitucional.

CÂMARA DE POLÍTICAS PARA RECURSOS NATURAIS - A SMAD repudia a iniciativa recente do governo que cria uma Câmara de Políticas para Recursos Naturais diretamente ligada ao Conselho de Governo, passando por cima de instâncias legítimas como o CONAMA, de toda a área ambiental do governo e distante das representações da sociedade civil organizada. Essa é mais uma nova tentativa do governo muito semelhante ao CONAREN (Conselho Nacional de Recursos Naturais), que não foi constituído frente à forte oposição dos movimentos ambientalistas. A SMAD defende o fortalecimento do CONAMA.

SANEAMENTO - A importância das questões de saúde pública e meio ambiente neste governo pode ser exemplificada pelo veto do presidente FHC ao projeto de lei 119 que estabelece a Política de Saneamento do país. Que o PT retome essa luta em apoio às entidades sindicais (Federação dos Urbanitários/CUT) e ambientalistas responsáveis por importantes aspectos do projeto de lei.

CHICO MENDES - O PT precisa retomar a mobilização de fins de dezembro de 95, "contra a violência no campo e pela reforma agrária", que prevê a realização de atos nacionais em Corumbiara (RO) e Xapuri (AC). O PT nestes estados está trabalhando na organização desses atos, mas precisa do apoio do Diretório Nacional, onde inclusive surgiu essa proposta.

CÓDIGO FLORESTAL - Que o PT, através da SMAD e de outras instâncias, assumam uma ampla revisão do Código Florestal, fortalecendo a conservação das florestas no país, alterando procedimentos tributários que ainda incentivam o desmatamento na Amazônia, entre outros aspectos. A bancada federal poderia liderar esse trabalho, já que terá que se transformar em projetos de lei complementar.

MOGNO - O PT deve assumir a campanha pela moratória na exploração do Mogno e outras madeiras em risco de extinção ou em rápido processo de erosão genética na Amazônia, até que se estabeleça numa negociação com todos os setores envolvidos (madeireiros, trabalhadores, sindicatos, ONGs, governo, etc.), um pacto para exploração racional da floresta, especialmente fortalecendo o extrativismo sustentável da borracha, castanha, côco-babaçu, açaí, etc., bem como as reservas extrativistas e outras alternativas agro-florestais.

QUESTÃO NUCLEAR - O PT precisa retomar resolução de seu 9º Encontro Nacional, que propõe a realização de um plebiscito nacional para definir se os brasileiros querem que o país desenvolva ou não a energia nuclear, as usinas de Angra e o submarino nuclear de Aramar.

DIREITOS HUMANOS - O Brasil é signatário do Tratado de Direitos Humanos para a América (Pacto de San José), ao qual foi acrescido um protocolo adicional sobre "Direitos Econômicos, Sociais e Culturais", que o governo FHC se recusa a incorporar, dizendo que o país ainda não está "preparado" para oferecer estas garantias aos seus cidadãos. O PT deve se posicionar a favor da adoção destes direitos, pressionando o governo a assinar e enviar ao Congresso para ratificação.

3º SMAD

III ENCONTRO DA SECRETARIA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO O Partido em Movimento

1. O MEIO AMBIENTE NO PT

"O bem comum se estrutura ao redor da justiça social e dos direitos pessoais, sociais e ecológicos. Seu fruto é a paz. (...) Não haverá uma Arca de Noé que salve a alguns e deixe outros se perderem. Ou nos salvamos todos juntos, ou juntos pereceremos todos. Amar e salvaguardar a Terra é o supremo valor, base para todos os demais valores. Somos cidadãos do mundo. (...) Devemos alimentar a consciência de uma cidadania mundial. (...) Projetar um tipo de desenvolvimento que se faça com a natureza, e não contra ela. É importante uma ecologia ambientalista que cuide da qualidade de vida em nosso planeta. Não é justo que '80% dos recursos naturais do planeta sejam controlados e consumidos por apenas 20% da população mundial'. Queremos enfatizar a ecologia social, aquela que entende o ser humano, não como alguém fora e por cima da natureza mas dentro e junto dela como parte essencial, integrante.(...)."

Com essa advertência, Luiz Inácio Lula da Silva se despediu da presidência do PT, durante o 10º Encontro Nacional do partido, em Guarapari, no último mês de agosto. Lula apontava novos horizontes para o PT, ressaltando a luta ambientalista na perspectiva de transformação social e econômica do país. Isso representa uma importante mudança no discurso petista. O primeiro grande passo neste sentido foram as contribuições ambientalistas para as campanhas de 89 e 94.

O Partido dos Trabalhadores está se apercebendo da importância da questão ambiental nos dias atuais. Primeiro, porque o PT luta por justiça social e qualidade de vida para aqueles que pagam mais caro pelo desenvolvimento capitalista no Brasil. A degradação ambiental é parte desse custo social. A falta d'água ou a inundação, a falta de áreas verdes e de lazer, a contaminação por agrotóxicos, a contaminação industrial e dos ambientes de trabalho, a falta de condições de habitabilidade, a falta de saneamento básico e ambiental ou o desmatamento indiscriminado das florestas, tudo isso vitima diretamente os trabalhadores da cidade, do campo e da floresta e os excluídos - ainda que ao final a destruição ecológica acabe atingindo a tudo e a todos.

Segundo, porque não se pode estar alheio à disputa por recursos naturais no país. A abundância desses recursos ajuda a definir o papel do Brasil na divisão internacional do trabalho e o seu modelo de desenvolvimento. O que está em jogo na luta dos "Sem-terra"? Não será o direito ao meio ambiente para produzir e viver? Não será o mesmo em relação à luta pelo cerrado, pela caatinga, pela água no nordeste, pela floresta na Amazônia e faixa litorânea, ao ar respirável em São Paulo ou às praias e mangues em quase toda a nossa costa? Infelizmente nesta disputa tem ganhado muito o latifúndio e o capital "selvagem" brasileiro. Um exemplo é a monocultura que vem extinguindo a biodiversidade e alterando as condições sócio-ambientais e econômicas das quais uma de suas pontas é a promoção do trabalho escravo. Outro é a pecuária na Amazônia, que ceifou a vida de Wilson Pinheiro e Chico Mendes, e agora o ciclo do mogno que ameaça reservas extrativistas e indígenas, além de promover uma verdadeira erosão genética. Um processo que começa no seringal e acaba numa loja de móveis em Londres.

Outro sinal de novos ventos no PT é a sua atual bancada federal. Nesta legislatura, os deputados petistas vem tendo uma atuação qualificada nas comissões temáticas da Câmara e do Senado.

Mas novamente tem papel destacado nessa breve história ambiental do PT os movimentos sociais. São eles também que empurram o partido para enfrentar os graves problemas ambientais do país, especialmente através dos ecologistas e de outros segmentos, como o movimento indígena, extrativista, comunitário, sindical entre outros.

Tudo isso é fruto de um debate que se trava no PT desde 87, quando foi criada a Subsecretaria Nacional de Ecologistas. Seu primeiro grande desafio foi o programa para a campanha Lula de 89. Da mesma forma, a participação crescente do PT nas administrações municipais e nos legislativos seguiram estimulando o debate sobre políticas ambientais no partido. Em função disso e também da pressão provocada pelo advento da Rio 92, a temática ambiental é "promovida" à instância de uma Secretaria Nacional, em 93.

O primeiro encontro nacional dos ecologistas do PT, realizado em Angra dos Reis (91), foi decisivo para mostrar que o PT tinha bases para uma política ambiental que não concordava com o "preservacionismo" dominante. Ao lançar para todo o partido o "Manifesto Ecosocialista", os eco-petistas abriram uma importante discussão que culminou na adoção da preocupação ambiental no projeto socialista.

O programa Lula-94 acolheu um capítulo inteiro sobre as "Bases Ecológicas para o Desenvolvimento", apesar de que algumas propostas econômicas do mesmo programa não refletiam essas "bases", quando tratavam da formação de um amplo mercado de massas, sem equacionar o evidente comprometimento de recursos e ecossistemas naturais, dentro dos limites tecnológicos atuais do nosso parque industrial.

Mesmo com esses avanços, a coordenação da Secretaria está consciente da necessidade de aprimorar suas propostas. Sem isso não pode mais haver desenvolvimento de tipo algum. Seja proposto pelas forças hegemônicas do processo de globalização em curso, chamadas de neoliberais, ou o clássico modelo da ortodoxia (os "economistas-deterministas") que coincide com os liberais ao considerar o fator sócio-

ambiental apenas como mera externalidade do sistema econômico. Uma proposta de desenvolvimento deve internalizar as alternativas sustentáveis. Com essa perspectiva, o Brasil tem a chance de inaugurar um novo estilo de desenvolvimento e inserção internacional, onde a questão sócio-ambiental seja uma solução e não um problema.

A Secretaria Nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento (SMAD) quer influenciar estrategicamente o PT, extrapolando o preservacionismo e o mero "controlismo" ambiental, e contribuindo para a construção de um projeto socialista e democrático que não tenha medo de ser moderno e eficiente. Para tanto é preciso enfrentar o governo FHC e sua base parlamentar que ainda hegemoniza no Congresso, através de uma oposição propositiva.

A idéia de desenvolvimento aqui se completa com a necessidade de sustentabilidade ecológica. Desenvolvimento Sustentável para a SMAD é um conceito em definição, já que o III Encontro não aprovou uma formulação definitiva. De todo modo, não se limita ao significado expresso no chamado Relatório Brundtland, segundo o qual o desenvolvimento sustentável seria a garantia para as futuras gerações das mesmas condições naturais disponíveis para o desenvolvimento das atuais gerações. Para nós esse conceito precisa se alargar no tecido político-social, integrando a dimensão da justiça social, da democracia e do direito à cidadania e à diversidade etno-cultural. Não pode ser o mero acrescentar de um adjetivo ao velho desenvolvimento capitalista liderado pelos chamados "desenvolvidos". Quer dizer pensar e praticar uma outra forma de produzir e consumir, invertendo prioridades ditadas pelo mercado e que nada tem de sustentáveis ou justas. Não parece possível fomentar o desenvolvimento sustentável no Brasil sem que se implemente políticas públicas adequadas que, por exemplo, garantam o incremento de atividades tradicionais na floresta, nos rios ou no litoral, como o extrativismo sustentável e a pesca artesanal. Nesse sentido, é forte a idéia de sociedades sustentáveis. Tanto porque é plural e não unidirecional, quanto porque torna mais ampla a dimensão produtiva e permite a concepção de sociedades de tipo estacionário, onde desenvolvimento não quer dizer necessariamente crescimento e acumulação.

O III Encontro Nacional da Secretaria não se furtou ao debate da questão ambiental em geral, mas ressaltou a dimensão municipal. Por duas razões: primeiro, porque o olhar sobre o local é um caminho eficaz para equacionar o global. As eleições municipais de 96 serão o primeiro grande teste para os dois anos de governo FHC, conforme afirmam as resoluções do 10º Encontro Nacional do PT. Segundo, porque é importante que a Secretaria encare desafios políticos do partido, como é o caso das eleições municipais de 96. O que o PT aprendeu para propor a candidatos e eleitores de 5 mil municípios?

2. QUE MUNICÍPIO QUEREMOS? E O QUE NÃO QUEREMOS?

Se o Brasil é o país com a maior desigualdade social do mundo, segundo estudo do BIRD, com certeza isso pode ser confirmado claramente quando se visita as cidades brasileiras.

A falta absoluta de condições mínimas de habitabilidade e a inexistência dos direitos básicos nas cidades do país apontam para uma verdadeira cidade “clandestina”, do ponto de vista legal. Só em São Paulo são cerca de um milhão de favelados, 3 milhões de pessoas em cortiços e mais de 3 milhões vivendo em loteamentos clandestinos ou irregulares. São duas vezes e meia a população do Uruguai. A maior parte dos favelados se encontram às margens de córregos e rios, sujeitos a enchentes, próximos a lixões ou aterros sanitários. Ao “apartheid urbano” corresponde, portanto, formas violentas de separação social e ambiental.

O desenvolvimento capitalista no Brasil provocou uma intensa concentração produtiva no centro-sul do país. Em consequência, os desequilíbrios e diferenças regionais de renda per-capita provocaram mais desigualdades. Somado à expulsão das pessoas do campo e às migrações regionais, o quadro se agravou ainda mais com o rápido crescimento das cidades.

O período da ditadura militar no Brasil foi marcado pela extrema concentração de recursos em nível federal. A partir do final dos anos 70 até a constituinte de 88, assistiu-se a um movimento inverso de descentralização desses recursos, sobretudo tributários.

Mais recentemente, enquanto lutávamos em duas eleições presidenciais para ver o PT e Lula no Palácio do Planalto, se iniciava em muitos municípios do Brasil uma revolução gradativa e silenciosa: as gestões democrático-populares. Uma das primeiras conquistas dessas gestões tem sido a iniciativa do Orçamento Participativo. Apesar das dificuldades sentidas no exercício desse instrumento, ele representa o surgimento de uma nova cultura de cidadania capaz de resistir à tradição autoritária. É preciso também avançar para a idéia mais ampla de planejamento participativo, com planos diretores de desenvolvimento sócio-econômico-ambiental.

Ao lado disso, em decorrência das decisões da Eco-92, as cidades foram tema de diversos eventos internacionais. Talvez, desafios colocados pela Eco, como a mudança nos padrões de produção e consumo, levaram o principal enfrentamento para o espaço das cidades.

No mundo a média de “urbanóides” gira em torno de 45% da população total. No Brasil, em apenas 20 anos essa porcentagem subiu de cerca de 50% em 1970, para 75% na atualidade, com 40% da população vivendo em apenas 9 grandes cidades. Parece que temos mais motivos para nos preocupar.

2.1. Meio Ambiente e Desenvolvimento nas Políticas Públicas

A cidade pode ser pensada como um “ecossistema”. É preciso sempre analisar o consórcio das intervenções de todos os atores no espaço da cidade, da mesma maneira que a interação qualitativa entre serviços e funções urbanas, tendo como meta a qualidade de vida para todos. Uma alternativa de tráfego possível, como um viaduto, pode afetar negativamente um bairro inteiro. E assim por diante.

A habitação tem a ver com o saneamento, que depende do abastecimento de água, que se integra a uma política de uso e conservação dos mananciais, que, por sua vez, se liga

à gestão dos resíduos urbanos, sua disposição e reciclagem. Tudo dependendo de uma política fundiária e de um plano de uso e ocupação do solo, ao qual está ligada a questão dos transportes e daí à matriz energética...

“O governo federal jamais deu à questão urbana e regional um tratamento abrangente e interligado ao desenvolvimento econômico, social e ambiental. O atendimento isolado e pontual das áreas de habitação, transportes, infra-estrutura seguindo o interesse clientelista e dos *lobbies* desconhece as diferenças regionais e urbanas e as demandas sociais, alimentando a irracionalidade, o desequilíbrio ambiental e a baixa eficiência”. (Ref. Urbana/Lula-Brasil).

Para enfrentar o conjunto de problemas que assolam os nossos municípios, o PT propõe uma ampla Reforma Urbana. A reforma urbana deve trabalhar com a cidade real, respeitando a sua vocação, democratizando-a e partindo de três premissas fundamentais: a função social da propriedade e da cidade, entendida como uso socialmente justo e ecologicamente equilibrado do espaço urbano; o direito à cidadania (participação, condições de vida e convivência cultural); e, a gestão democrática da cidade e de seu planejamento com ênfase na participação popular (orçamento participativo, conselhos municipais deliberativos, participação dos movimentos sociais) e na qualidade de vida e na construção da cidade saudável. É fundamental trabalhar a relação entre o urbano e o rural, buscando soluções combinadas entre reforma urbana e agrária.

Seguem abaixo algumas sugestões de políticas a serem melhor desenvolvidas:

Habitação: O déficit habitacional é na verdade um déficit de habitabilidade e não apenas de demanda por habitações. 25% dos domicílios da região sudeste não possuem esgoto adequado. No sul chega a 44%, na região norte, 49%, na centro-oeste, 66%, e no nordeste, 73%. Quanto ao abastecimento de água é o seguinte: 11% dos domicílios da região sudeste não possui abastecimento de água, 16% no sul, 30% no centro-oeste, 31% no norte e 58% no nordeste. Por isso, habitação quer dizer também saneamento. Assim as novas periferias que vão se formando nas cidades precisam de respostas adequadas para o saneamento básico e ambiental, a preservação de fundos de vales, a proteção de mananciais, a recuperação de encostas, além de uma política de transporte. Sempre associado à geração de emprego e renda e à participação.

Zoneamento: A formulação do Zoneamento Ecológico-Econômico do país, com todos os cuidados já alertados por ONGs e movimento sócio-ambientalistas, é um meio para orientar as políticas públicas no país. Sobretudo no caso das cidades, o zoneamento traz à luz as vocações e características regionais, facilitando um zoneamento municipal. As prioridades locais devem orientar a administração dos gastos, segundo também as diretrizes de um plano de ordenação territorial, em nível macro.

Gestão: A descentralização é um passo essencial na gestão municipal e deve estabelecer uma relação adequada entre as esferas municipais, estaduais e federal, com uma efetiva descentralização de verbas. As verbas devem chegar aos municípios mediante apresentação de projetos realizados de forma participativa e como base para planos de desenvolvimento sustentável. Essas verbas podem constituir Fundos de Desenvolvimento. A co-gestão e a parceria são instrumentos a serem melhor testados.

Deve-se fomentar uma cultura ambiental, envolvendo todos os setores da administração da sociedade. A capacidade institucional para a gestão ambiental implica na criação de instâncias democráticas institucionais (onde não houver) e de participação popular, como o Conselho Municipal de Meio Ambiente, representativo e deliberativo; o Consórcio ou os Comitês (intermunicipais ou por bacia hidrográficas) para a gestão de recursos hídricos, lixo, etc. Existem boas experiências de Ouvidoria Pública, que abrem contato mais direto entre a prefeitura e a população.

A institucionalização da questão ambiental pode se dar através de assessoria, escritório ou secretaria. Depende do porte do município. O importante é que haja uma área responsável no governo para o tema e sobretudo que haja uma integração nas políticas municipais, já que a matéria ambiental depende de uma gestão articulada.

Reforma Agrária: O equacionamento da pobreza na cidade depende da articulação cidade/campo (cinturões verdes, programas de estabilização da população na terra, redução de pressões sobre novas periferias, reforma agrária e política agrícola). O município pode estimular a aplicação de tecnologias apropriadas, como a agroecologia. Municípios do PT já acumulam experiências como o dos pólos agro-florestais, que são alternativas de reforma agrária municipal. Desapropria-se áreas degradadas próximas à cidade para famílias oriundas do campo/floresta, com mais facilidade de eletrificação, apoio técnico, etc., além de estimular a recuperação ambiental, a construção de casas populares, a oferta de emprego e renda, e o descongestionamento da periferia. As áreas peri-urbanas são em geral degradadas.

Transporte: É preciso repercutir e buscar soluções concretas para a tese do “não-transporte”. É o fortalecimento do transporte coletivo sobre o automóvel particular. Mas é muito mais: significa mudar totalmente a idéia de transporte que está desenhada nas cidades. Trata-se de revalorizar o bairro e os espaços públicos para a convivência sem o “medo” do automóvel. Incentiva também o transporte a pé e de bicicleta, restringindo o automóvel em certas áreas da cidade. Isso ajuda a reduzir a poluição e humaniza a cidade.

O sistema integrado de ônibus municipais funciona bem: o usuário durante duas horas pode circular pela cidade em vários ônibus pagando apenas uma única passagem.

Resíduos Sólidos (lixo): Para os resíduos sólidos, líquidos e gasosos, aplicar a política do gerenciamento integrado e dos 3 Rs: Reciclar, Reutilizar e Reduzir e. Outro “R” é o da reeducação estimulada pela Educação Ambiental. Implantar programas de coleta e destinação final de resíduos sólidos domésticos, hospitalares, entulho e industriais. A coleta seletiva deve ser priorizada e estimulada como política para a questão. Deve se estimular e apoiar a organização dos catadores de papel em cooperativas de forma a promover a reciclagem de lixo oferecendo emprego e o resgate da cidadania desses trabalhadores. O consórcio aqui pode ser boa iniciativa para gestão dos resíduos. A incineração deve ser proibida, conforme apontam projetos de lei que tramitam no Congresso, a não ser que, através de mecanismos de controle social, esteja garantida a incineração apenas de produtos não-organoclorados e também precedido de estudos de impacto ambiental.

Licenciamento Ambiental: Estabelecer o controle ambiental, preventivo e corretivo, o licenciamento e a fiscalização, através da emissão e renovação de alvarás e articulação, quando for o caso, com as instâncias de governo federal e estadual, garantindo a anuência prévia do município para instalação de atividades em seu território. Estudos de Impacto Sócio-Ambiental, acompanhados de audiências públicas, devem ser implementados para atividades potencialmente impactantes no meio ambiente, conforme a legislação determina.

Recursos Hídricos: A gestão dos recursos hídricos deve ser feita através da formulação de uma Política de Recursos Hídricos com base em bacia hidrográfica e Plano de Uso. Entre os vários usos habituais deve ser priorizada a função de abastecimento, em função do risco de escassez e também porque exige a manutenção da qualidade dos mananciais. Programas de proteção de nascentes e despoluição de cursos d'água devem ser implementados com a participação das comunidades vizinhas e usuárias.

Áreas de Preservação e Conservação: Estabelecer planos de utilização dessas áreas, considerando o uso sustentável dos recursos naturais e o manejo de fauna e flora nativas, implementando a geração de renda e qualidade ambiental para as populações locais. Proteger e recuperar as áreas verdes, remanescentes florestais, bem como implantar um sistema de Unidades de Conservação que reflita sobre as populações tradicionais. Uma iniciativa interessante pode ser o triturador de podas de árvores, que pode economizar transporte e combustível e ainda gerar um adubo de qualidade. A distribuição de mudas de árvores frutíferas para plantio em residências, escolas e comunidades pode estimular a formação de pomares caseiros para completar a alimentação das famílias carentes e aumentar a cobertura vegetal na cidade.

Política de Desenvolvimento Econômico no Município: É importante que a prefeitura construa com a comunidade um projeto de desenvolvimento para o município e para empreendê-lo organize instâncias capazes, como um setor de desenvolvimento econômico sustentável. Essa iniciativa pode ajudar a "satelitizar" a cidade, criando e estimulando outros centros comerciais, sociais e culturais pela cidade, desafogando o centro.

Os pequenos empresários e produtores familiares devem ser incentivados pelo município através de inúmeros instrumentos, como eventos (feiras) que reúnem e abram mercados para seus produtos "sustentáveis", ou políticas de beneficiamento local e comercialização direta, aproximando produtores e consumidores.

Deve-se incentivar e experimentar, de forma articulada com as entidades, a certificação de origem para os produtos "social e ecologicamente corretos".

Tributação: Os impostos (IPTU, ICMS, ITR e outros) devem isentar ou ser abatidos no caso de propriedades que preservam áreas verdes e ecossistemas nativos ou em regeneração, de forma proporcional à área. Deve-se trabalhar para implementar no Estado o chamado ICMS Ecológico, em função de que muitos municípios são quase totalmente cobertos por unidades de conservação e precisam ser recompensados por isso.

Poluição: Deve-se ter planos de combate e sistemas de controle a todas as formas de poluição existentes nas cidades. Que se elaborem os planos diretores, que orientem para a descentralização e desconcentração das atividades. A despoluição significa também geração de empregos e reaquecimento econômico. Basta ver o quanto incentiva o turismo quando uma cidade despolui seus rios ou praias. Uma política de revitalização urbana com a participação da comunidade pode ser um instrumento de reabilitação econômica, social e cultural de áreas degradadas, especialmente nos centros mais antigos das cidades.

Energia: Embora não esteja na esfera municipal é possível influir na redefinição de matrizes energéticas mais adequadas à situação específica do município, além de estudar a viabilidade de fontes alternativas de energia.

Educação: O componente educativo deve estar presente em todas as ações municipais, interna e externamente à administração. Na rede municipal de ensino a questão ambiental deve ser parte da orientação pedagógica, envolvendo todas as disciplinas. É importante enfatizar o resgate da cultura local e o saber popular tanto na educação formal quanto informal e não formal. O Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, aprovado pelos movimentos e ONGs durante o Fórum Global 92 (Rio) é uma fonte essencial para formulação de um programa municipal. São úteis veículos informativos que integrem iniciativas do governo municipal e da comunidade. Ressalte-se que para a questão ambiental a dimensão cultural é essencial porque resgata as relações - e seus produtos - entre os seres humanos e a natureza.

Fome: Uma idéia que está crescendo é a complementação alimentar das crianças através de alimentos alternativos e mais baratos. É o caso da Farinha Múltipla feita com farelos e folhas a partir de pesquisas das Universidades de Minas Gerais e de São Paulo. Várias prefeituras estão utilizando essa farinha com sucesso. Apoiar a organização de movimentos voltados à segurança alimentar e à reforma agrária relacionados com o desenvolvimento rural sustentável, política agrícola e abastecimento. Deve-se conquistar os cidadãos na organização dos comitês contra a fome pela geração de emprego. Uma campanha local deve ser incentivada à luz da qualidade, quantidade e preços dos alimentos e articulada com alternativas agro-ecológicas, como pomares, hortas, assim como com questões estruturais como a reforma agrária, urbana, etc.

Jurídico: Implantar instrumentos jurídicos como, legislação de uso e ocupação do solo, zoneamento ambiental, política de desenvolvimento, política agrícola, plano Diretor Urbano, código de meio ambiente, plano diretor de arborização e áreas verdes, plano diretor de resíduos sólidos, plano diretor de recursos hídricos, plano diretor de saneamento e de transportes.

3. FINALMENTE...

Essas diretrizes gerais para a formulação de propostas de políticas municipais devem ser tomadas apenas como referências pontuais ("pickles") passíveis de serem ajustadas conforme a realidade de cada município, em cada uma das regiões do país.

Como disse um dos participantes do III Encontro, o PT dos operários do ABC, das quebradeiras de côco no Maranhão, dos empresários da Cividis de São Paulo, dos seringueiros do Acre, dos professores cariocas, dos atingidos por barragens no Rio Grande do Sul, dos negros da Bahia, dos bancários de Fortaleza, de índios de Roraima e de muitos outros; esse PT conhece o Brasil. Então é necessário reverter esse conhecimento e a experiência de administrações democrático-populares em plataformas factíveis para os municípios do Brasil.

MOÇÃO A TODOS OS PREFEITOS DO PT

Os participantes do III Encontro da Secretaria Nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento do PT conclamam a todas as prefeituras administradas pelo PT a criar o Conselho Municipal de Meio Ambiente (CONDEMA), de forma articulada com os movimentos e entidades locais, universidades e órgãos de governo, com caráter deliberativo e representativo de todos os atores sociais interessados.

Brasília, 26 de Novembro de 1995

III ENCONTRO DA SECRETARIA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

MOCÃO AO DIRETÓRIO NACIONAL DO PT

Os participantes do III Encontro da Secretaria Nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento do PT solicitam ao DN que oriente a todas as instâncias partidárias a formulação de propostas para uma ação efetiva do partido contra a onda crescente de prostituição infantil no país. A SMAD quer assim se somar ao esforço de outras instâncias, como a Secretaria de Movimentos Populares, através dos militantes dos movimentos de crianças e adolescentes, meninos e meninas de rua.

O III Encontro, particularmente, apoia as ações de denúncia contra a prostituição infantil na região de Foz de Iguaçu (PR), desencadeadas pelos companheiros Samuel e Pastor Omar, do Centro de Direitos Humanos, que neste momento estão ameaçados de morte.

Brasília, 26 de Novembro de 1995

III ENCONTRO DA SECRETARIA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

MOÇÃO AO GOVERNADOR DA PARAÍBA

Os participantes do III Encontro da Secretaria Nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento do PT vem à presença do Governador do Estado da Paraíba para solicitar o seu empenho na continuidade do julgamento do mandante do assassinato da líder rural Margarida Maria Alves, morta em 1983 pelo latifúndio paraibano. O médico José Buarque de Gusmão (Zito Buarque), atualmente preso, se encontrava foragido desde então e percebe-se a tentativa de abortar seu julgamento.

Brasília, 26 de Novembro de 1995

III ENCONTRO DA SECRETARIA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

MOÇÃO AO SECRETÁRIO RURAL DO PT/Paraíba

Os participantes do III Encontro da Secretaria Nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento do PT vem pedir ao Secretário Rural do PT da Paraíba para apoiar a luta em favor da continuidade do julgamento do mandante do assassinato da líder rural Margarida Maria Alves, morta em 1983 pelo latifúndio paraibano. O médico José Buarque de Gusmão (Zito Buarque), atualmente preso, se encontrava foragido desde então e percebe-se a tentativa de abortar seu julgamento.

Brasília, 26 de Novembro de 1995

III ENCONTRO DA SECRETARIA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

MOCÃO AO DIRETÓRIO NACIONAL DO PT

Os participantes do III Encontro da Secretaria Nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento do PT recomendam que o PT passe a usar gradativamente o papel não clorado (e reciclado) em suas publicações e materiais de expediente da sua estrutura e das administrações municipais e estaduais, bem como oriente as suas bancadas a propor medidas neste sentido.

Esse procedimento, aparentemente detalhista, pode favorecer a adoção de tecnologia mais limpa no processo de produção da indústria de celulose, de maneira a reduzir o seu impacto ambiental e motivar a criação de um mercado consumidor de produtos não clorados e/ou reciclados.

Brasília, 26 de Novembro de 1995

III ENCONTRO DA SECRETARIA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES